DIVINDADES INDÍGENAS DA LUSITÂNIA
José d'Encarnação
Professor associado da Faculdade de Letras de Coimbra

DIVINDADES INDÍGENAS DA LUSITÂNIA

Resumo: O autor dá uma panorâmica dos progressos verificados no âmbito da investigação acerca das divindades indígenas: os dados adquiridos, as divindades mais importantes, os problemas em aberto. Inclui, no final, em apêndice, uma lista dos teóminos indígenas documentados na Lusitânia portuguesa.

Résumé: L'auteur fait le bilan des progrès vérifiés dans le domaine de la recherche sur le panthéon indigène de la Péninsule Ibérique: les données déjà acquises, les divinités plus importantes, les questions encore à résoudre. En appendice, une liste des théonymes documentés sur les monuments épigraphiques trouvés dans le territoire de la Lusitanie romaine.
DIVINDADES INDÍGENAS DA LUSITÂNIA *

Quem nunca tivesse ouvido falar em divindades indígenas (1) poderia ter ficado perplexo ao ler A Voz dos Deuses, de João Aguiar (Lisboa, 1984), dada a variedade de divindades lusitanas que o romance aponta, de culto local e nome rebarbativo. O facto é que João Aguiar tem razão e o seu romance — que bem pode rotular-se de «histórico» ao jeito dum Eurico, de Herculano — dá conta, ainda que envolto nalguma fantasia, do maravilhoso dos Lusitanos que fomos, tal como Leite de Vasconcelos o imaginava no seu tempo (2).

Não vamos repetir aqui essa imagem nem, mesmo, traçar uma panorâmica exaustiva do panteão lusitano como hoje o conhecemos. Referir-nos-emos, sim, aos progressos verificados neste domínio da investigação histórica: os dados adquiridos, as divindades mais importantes, os problemas em aberto.

* *

A segunda grande tentativa de reunir, num só volume, todos os elementos de que se dispunha para o estudo da religiosidade pré-romana foi feita pelo Prof. José Maria Blázquez Martínez, de Madrid, na sua tese de doutoramento, Religiones Primitivas

---


Conimbriga, 26 (1987), 5-37
de Hispania (Roma, 1962). Blázquez Martínez procurou aplicar, ai, às divindades indígenas, o esquema adoptado para o panteão romano, agrupando-as pelos seus atributos.

Tendo verificado que muito se deduzia a partir de leituras hipotéticas, decidimos, em 1968, repensar o tema e «regressar» aos monumentos ou, na sua ausência, aos manuscritos mais antigos, a fim de confirmarmos a leitura dos teónimos indígenas cujos testemunhos proviessem de território português. Assim poderíamos discretar mais facilmente sobre os atributos dessas divindades estranhas, de que a maior parte das vezes só um testemunho havia e bem avaro de informes.

Então, como hoje, as características das divindades deduziam-se a partir de elementos como: a análise etimológica do seu nome, algum formulário especial do texto, o contexto arqueológico; ou ainda: mediante a sua identificação com um deus romano ou a sua substituição por determinado padroeiro cristão. Assim: atentava-se no significado dos radicais indo europeus (3), comuns a

apanhado da investigação posterior a José Leite de Vasconcelos. A obra mais recente que conhecemos é Manifestaciones Religiosas en la Lusitania, editada em 1986 pela Universidade de Extremadura (Cáceres), que reúne as comunicações apresentadas às primeiras jornadas sobre o tema realizadas em Março de 1984. Inserem-se no âmbito das religiões indígenas: Sincetismo en la Lusitania Romana (p. 7-14), de J. M. Blázquez, breve recapitulação do que tem escrito; La Religión de los Pueblos Preromanos de Lusitania (p. 31-49), uma reflexão de Javier de Hoz; Teónimos Indígenas en el S. O. Cocereño (p. 85-92), panorâmica-síntese elaborada por Julio Esteban Ortega; Nueva Evidencia sobre el Culto de Ategina: el Epigrafe de Bienvenida (p. 93-112) onde, a propósito de uma nova ara, Raquel Lopez Melero faz o ponto da investigação acerca desta divindade; Genius Turgalensis (p. 127-132) é pretexto para José M. Iglesias Gil apresentar uma síntese sobre os testemunhos peninsulares do culto ao Célio.

(3) Discutem alguns investigadores a validade deste critério etimológico (cf. o citado trabalho de J. de Hoz, p. 33-34), mormente porque são escassos os nossos conhecimentos acerca das línguas pré-romanas e sua eventual variedade. No entanto, é aceite, de um modo geral, como hipótese de trabalho válida. Recordemos que foi F. Adolfo Coelho um dos primeiros filólogos a debater-se sobre o tema: em 1880, apresentou em Lisboa ao IX Congresso Nacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas, uma comunicação intitulada Sur les cultes peninsulaires antérieurs à la domination romaine (Actas, p. 438-449).

Conimbriga, 26 (1987), 3-37
todas as línguas ocidentais, partindo do pressuposto de que estes
se tinham conservado quase intactos nos teónimos (apenas) lati-
nizados; uma invocação pro salutem indicava um deus benfezejo;
a proximidade de fonte termal postulava uma divindade das
água; a identificação com Marte só era possível a um deus com
as mesmas características bélicas; a sua substituição por S. Miguel,
padroeiro das almas do Alén, era sinónimo dum deus infernal.
Foram os resultados dessa pesquisa que defendemos, como
tese de licenciatura, em Janeiro de 1970. E a Imprensa Nacional
houve por bem publicá-los posteriormente, em 1975, com leves
alterações e alguns aditamentos, sob o título Divindades Indígenas
sob o Domínio Romano em Portugal.
Nesse mesmo ano, apresentava J. Maria Blázquez, sob a
forma de dicionário (exactamente como nós concebêramos o nosso
volume), uma síntese do seu primeiro trabalho, actualizada (4).
O tema alcançou, desta sorte, alguma popularidade, de maneira
que outros investigadores por ele se interessaram.
A nossa intenção fora só, como dissemos, a de procurar ler
bem os teónimos e avançar com hipóteses interpretativas desde
que para tal houvesse uma base concreta. Lembrávamo-nos da
solidez dos trabalhos de Scarlat Lambrino — um mestre na análise
da teonímia indígena (5) —, tínhamos presentes as numerosas
conjecturas lançadas até ali, sem fundamento. Importava ler
corretamente, acentuar bem o que era duvidoso. Várias vezes
nos fixámos em oposição a José Maria Blázquez — mas a me-
todologia utilizada viria a dar, pouco a pouco, os seus almejados
frutos.
No seu Portugal Romano, designadamente na 3.ª edição,
de 1983 (p. 177-180), Jorge Alarcão apresentou uma cautelosa
síntese do que de mais relevante se conhecia das divindades indí-
genas. A pressão editorial dos últimos tempos (hoje, a ânsia de
grandes volumes de síntese não deixa tempo para aprofundada
análise), aliada ao grande incremento da investigação, levou o

(4) Diccionario de las Religiones Prerromanas de Hispania, Madrid, 1975.
(5) A Scarlat Lambrino se devem sólidos trabalhos sobre Endovélico,
Trebaruna, o santuário de Panóias. Ver bibliografia em Eduardo Pires

Conimbriga, 26 (1987), 5-37

Por conseguinte, a lista (digamos assim) está quase feita. Importa, pois, reservar uns tempos para reflexão, a fim de passarmos do quantitativo, da mera enumeração, para o qualitativo: que resultados obtivemos até agora? que panorama da religiosidade pré-romana é já possível delinear?

Tem sido relevante, neste domínio, o papel dos epigrafistas portugueses, mormente numa tentativa de clarificação desse panorama. E hoje são já aceites, além da metodologia que preconizamos, algumas das teses que apontámos como válidas.

Assim, afigura-se-nos que é dominante o carácter local — tópico ou étnico — das divindades: daí, por exemplo, a exiguidade de testemunhos; daí, também, o facto de as divindades de invocação geral, como Banda, Reva, Nabia, Arentius, Cosus — cujo culto se não confina a um santuário ou a uma zona determinada (como Endovélico ou Trebaruna) — assumirem epitetos locais. Poderão, inclusive, ser mais frequentemente invocados por esses epitetos: já o apontámos em relação a Cosus Neneoeicus, que uma vez se designa apenas Neneoeicus; já o supusemos em relação a Banda Toiraecus, invocado em Vila da Feira como Tueraeus; a revisão, recente, a que procedemos, duma ara de Belver, dedicada a Bannei Picio, parece confirmar que o teónimo Picius, documentado em S. Pedro da Lourosa, não será mais do que o epíte daquela divindade.

Consequentemente, é possível, neste momento da investigação, que o número de divindades do panteão indígena, em vez de aumentar fragmentariamente, tenda a diminuir e a clarificar-se, aproximando-se, quiçá, cada vez mais, das grandes tendências religiosas da Humanidade enquadráveis num esquema indo-europeu. As descobertas mais recentes apontam, de facto, para uma valorização das divindades de invocação geral atrás mencionadas.
A existência de locais de culto bem determinados, onde as populações amiúde se reunissem, asfigura-se-nos também como uma das ideias fundamentais a reter e a nortear a investigação epigráfica e arqueológica (6). Na verdade, as descobertas arqueológicas sucedem-se a um ritmo impressionante: o imponente santuário de Panóias é, agora, apenas um dos vários que se conhecem...

Outro elemento a ter em conta é o da chamada interpretatio, a assimilação das divindades indígenas às divindades romanas. Interessa ser muito sensível à cronologia, buscando, por exemplo, nos dados arqueológicos e nos hábitos antropomórficos elementos passíveis de datar ex-votos e lugares de culto. Não nos parece indiferente saber se foi a divindade romana que se assimilou à indígena ou esta que se assimilou àquela. O resultado é o mesmo; o processo é, porém, diferente e do maior interesse do ponto de vista cultural e quiçá também político.

E precisamos de reflectir sobre se será justificável continuar a incluir no âmbito das divindades indígenas as divindades romanas (Juno, Júpiter, Marte, Mercúrio), sempre que se apresentem com epítetos localmente individualizáveis (por exemplo, Assaecus, Aaguaecus), mormente quando se trata de divindades tutelares do tipo dos Lares, Genius... E se o Gênio de Conimbriga se pode considerar sem grandes objeções mais de cariz romano que indígena, Júpiter Repulsor oferece também sérias dúvidas quanto ao seu caráter indígena, se atendermos ao teor bem latino do epíteto, apesar de venerado só numa área da Lusitânia. No apêndice final ainda integramos estes casos, mas isso não significa que, da nossa parte, a discussão esteja encerrada.

Nessa mesma ordem de ideias, deverá continuar a merecer atenta reflexão a ocorrência do culto prestado por indígenas a Júpiter Óptimo Máximo em zonas onde se mantêm pujantes, na mesma época, os cultos pré-romanos (7).

O aprofundamento dos estudos linguísticos contribuirá, decerto, para clarificar a questão das variantes gráficas dos teónimos: simples «desvio» fonético puramente casual, que se explica, por exemplo, pela ignorância do lapicida ou, ao invés, variante pensada que encontra fundamento em clara diferenciação linguística? Se Tueraeus é uma variante de Toiraeus perfeitamente explicável do ponto de vista gramatical, que mecanismo profundo levou a adoptar uma das designações de preferência a outra? Que factores estarão por detrás do facto de a divindade Banda (8) umas vezes apresentar o dativo em Bandi, outras em Banda, Bandue, Bandei ou mesmo em Bannei? Mera dificuldade em passar a caracteres latinos aquilo que era uma voz diferente, antes jamais escrita, comum entre os indígenas?

O caso de Endovélico é sintomático, não só pelas variantes (bem documentadas) que a sua designação apresenta e que, pelo

(8) Denominamo-lo assim por uma questão de facilidade e por nos parecer que essa poderá ser a designação mais geral. Nada nos garante, porém, que outro não tenha sido o nominativo vulgar deste teónimo. M. L. Albertos (1975, p. 53) era de opinião que essas desinências são restos da declinação indígena, mas ou menos bem adaptada à escrita e à morfologia latina, influenciada também, sem dúvida, pelo latim vulgar cuja apreensão não fora muito perfeita por parte quer dos lapicidas quer dos dedicantes que encomendaram a gravação. E acrescentava: «Se a língua religiosa é sempre, por definição, mais conservadora (...), é normal que, nos nomes dos deuses e nos seus epítetos, como patronos das gentilidades, (...) encontremos desinências e sufixos de estrutura indígena arcaicos e não formas perfeitamente latinas». J. Hoz (1986, p. 36-41) prefere a designação Bandue. Acerca deste teónimo, é de opinião que «Bandue é provavelmente um nome comum do campo religioso lusitano, traduzível por ‘divindade’ (...); que se usou entre os Lusitanos em sentido estricto e entre os Galáicos da zona entre Douro e Minho; que numa maioria de casos aparece precisado por um epíteto, em geral masculino, às vezes feminino, e que a morfologia das suas desinências parece indicar dificuldades de adaptação ao latim, e inclusive talvez à gramática lusitana cujo carácter indo-europeu é seguro» (p. 39). Mais adiante (p. 41), após afirmar que «se trata de uma divindade protectora e tutelar», escreve: «Não precisamos de pensar que todas as dedicatórias com esta invocação se referiam efectivamente a uma mesma divindade», o que, à primeira vista, poderá parecer um tanto contraditório. Em seu entender, portanto, o epíteto é que seria o verdadeiro teónimo. É opinião assaz discutível esta: parece-nos mais lógico que o elemento Bandue seja nome próprio e que os epítetos tenham carácter adjetival.

Conimbriga, 26 (1987), 5-37
menos aparentemente, nada têm a ver nem com o nível cultural dos dedicantes nem com a sua proveniência étnica ou social (9), mas também, e sobretudo, porque aumenta de dia para dia o número de testemunhos do seu culto (10) e porque nos parece extremamente provável que, de acordo com a opinião de F. Fernández-Gomes (11), além do santuário de S. Miguel da Mota (Terena, Alandroal) — autêntico local de peregrinação das gentes da Lusitânia meridional —, lhe tenham sido consagrados mais dois: o de Cerro Andebalo, perto de Cabezas Rubias, onde a divindade era adorada sob a invocação de Andobelicus ou Endovelus, e o de Postoloboso (Candeléba, Ávila) onde a designação era, simplesmente, Vellicus.

*  
*  
*  

São úteis as listas de teónimos para clarificar ideias. Mas importará, doravante, responder a estas questões.

A relacionação das divindades com os núcleos populacionais que lhes prestavam culto assume-se como uma das perspectivas mais válidas, no actual momento da investigação. Saúdem-se, pois, como sendo do maior interesse as hipóteses justificadamente lançadas por Jorge de Alarcão, na conferência que fez, aquando do I Colóquio Viseense de Arqueologia (Viseu, Abril 1988), subordinada ao título Geografia política e religiosa da civitas de Viseu.

Aí aponta, por exemplo, a possibilidade de a divindade Crouga ser tutelar de um castellum Nil[...], devido ao epíteto Nilaicus, e de um castellum Macar[...], devido ao epíteto Macareaicus que apresenta; relaciona — na esteira de M. Lourdes Albertos — o culto a Banda Araugeleisi com o castellum de Araocelum, o qual, por seu turno, poderá estar relacionado com os epítetos Ocelaeicus (de Arentius) e, porventura, de Banda (se lermos não Bandoga mas Band. Ocel..., na ara do Castro do Mau Vizinho). Como escrevemos no trabalho citado na nota 11, «a questão que se nos põe é a de saber se poderemos, hoje, ir abandonando a designação pontualmente adoptada de divindade indígena para a substituirmos pela de divindade asturiana, celtica, ibérica, lusitana...». Um salto qualitativo cuja eficácia e segurança só uma estreita colaboração entre epigrafistas, linguistas e arqueólogos poderá efectivamente garantir.
Teónomos indígenas documentados na Lusitânia portuguesa

Os teónomos vão em dativo (como aparecem nas epígrafes), por ordem alfabética. Apresenta-se, de cada um, a síntese do que se conhece a seu respeito, remetendo para a bibliografia (que melhor se identifica no final) (1).

Aelua (?)

Divindade de nome um tanto duvidoso e características desconhecidas, a que os castellani (?) Berecenses (?) dedicaram uma ara em Famalicão da Serra, Guarda (FE 98). Poderá ter relação com o teónome Alva a que aludimos na nota 1.

(1) Omitimos os casos muito duvidosos:
- Alva (?): apesar da semelhança com Aelua, não é claro que seja esta a divindade honrada na ara de Mouriscas, Abrantes (FE 2).
- Genius Conimbricense: DIP, p. 188. FC II, p. 24-25. O seu carácter indígena é muito discutível.
- Genius Cor: DIP, p. 189.
- Genius Depenoris: DIP, p. 190.
- Icena Loininha: vocábulos que surgem no penedo de Cabeço das Fráguas. Tovar chegou a pôr a hipótese de se tratar dum nome de divindade acompanhado por epíteto, mas acabou por não considerar totalmente viável essa hipótese (1967, p. 254-255).

Conimbriga, 26 (1987), 5-37
Aetio


Araco Aranto Niceo

De características desconhecidas, vagamente relacionável com as águas, é divindade honrada por uma indígena romanizada, Júlia Máxuma, filha de Auvo, numa ara achada em Carrascal de Manique (Alcabideche, Cascais). Fig. 1. DIP, p. 92-97. Catálogo da exposição «Cascais no tempo dos Romanos» (Cascais, Agosto 1986).

Arentio

Divindade tutelar, que se documenta numa ara encontrada em Chão do Touro (Monsanto, Idanha-a-Nova), mandada gravar por Súnuu, filha de Câmalo. DIP, p. 103-104.

Em Ninho do Açor (Castelo Branco), o par divino Arentius e Arentia é homenageado por Montano, filho de Tangino. DIP, p. 101-103; Garcia 1984, p. 49-50.

Cingindo-nos ao território português, temos mais quatro testemunhos do culto a Arentius com epitetos:

— Arentio Cronisensi (?), honrado por Albino, filho de Próculo, numa ara procedente de Zebras (Orca, Fundão). DIP, p. 104-106. Fig. 2.

— Mirobio: está, de facto, no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (Lisboa) o fragmento do penedo com inscrição, arrancado em Tarouquela (Cinfães). Mantém-se as dúvidas que apontávamos em 1975: é incerta a leitura — Mirobio — da 1.ª linha visível (e pode haver mais linhas acima); esse vocabulário poderá ser apenas um atributo de loco (linha 2); não há qualquer fórmula que justifique o carácter votivo atribuído ao texto. DIP, p. 235-237. Cf. Untermann 1980, p. 423. Ver Fig. 10 (p. 35).

— Neto: não dispomos de mais elementos susceptíveis de esclarecer convenientemente o carácter do texto, ainda perdido, dado como proveniente de Conimbriga (Condeixa-a-Velha, Condeixa-a-Nova) e dedicado eventualmente a esta divindade. DIP, p. 248-250; FC II, p. 35-36.
— Arentiae Equotulliicensi, honrada por Niger, filho de Arcão, em Sabugal. FE 27.
É, pois, um culto territorialmente bem delimitado.
Ataegina

O culto a esta divindade infernal, cujo santuário se devia situar numa localidade de nome Turóbrega, está possivelmente atestado, no território nacional, numa ara (IRCP 287) do termo de Beja, dedicada por L. Axônio, onde a divindade se identificará D(eae) S(anctae) Turubric(nsi); outra ara, de Mértola (IRCP 95), foi dedicada (apenas) Deae Sanctae por C. Valerius Rufus Caepio; no bordo dum vaso, proveniente também do termo de Beja e de que só nos resta um desenho, talvez se possa ler também Deae Sanctae (IRCP 288).
IRCP, p. 799-800.
Numa árula do termo de Ouguela (Campo Maior) lê-se, na linha 1, Q.P.R.D.S.: o autor da notícia (FE 32) interpretou as três primeiras letras como as siglas do nome do dedicante e, depois, D(eae) S(anctae) subentendendo-se T(urobrigensi). Parece-nos forçado.

Aturro

Divindade de características etónicas cujo monumento foi encontrado em Lisboa.
DIP, p. 117-118.

*Banda*

São numerosos os epítetos por que esta divindade tutelar é invocada (DIP, p. 140-143), ultrapassando inclusive os limites da Lusitânia (2).

—Bandi Arbárioico: monumento, hoje perdido, procedente de Capinha (Fundão), dedicado por Amino, filho de Andaitia (?). DIP, p. 129-131.

—Bandei Brialeacui: ara encontrada em Orjaís (Covilhã), dedicada por Severo, filho de Abruno. DIP, p. 125-126. Existe uma outra ara, inédita, procedente da mesma zona, que apresenta igual grafia do teónimo; não está aí bem claro, no entanto, o nome do dedicante (Mantaus?).


—Bandi Isibraiegai: duas aras, de Bemposta (Penamacor), dedicadas, respectivamente, por Cilio, filho de Câmalo, e por Materno, filho de Melão. DIP, p. 131-132; Leitão 1980, p. 627-631.

—Bandi Longobricu: ara encontrada na capela de N.ª Sr.ª do Torrão, em Longroiva (Meda), dedicada por Q. Iulius Montanus,

(2) Omitimos o texto, de Idanha-a-Velha, que segundo D. Fernando de Almeida (1965, p. 23-24) traria Bandi: em nosso entender, está correcta a identificação, que nos foi sugerida por J. M. Garcia, com o monumento onde se lê claramente GENIO (e não BANDI).
eques da legião VII Gêmina Félix. É evidente a relação *Longrobricus*/*Longroiva*. FE 44.


— Bannei Picio (não Ranelpicio): foi-lhe dedicada por Ammi-


nus, Taltici (filius), uma ara encontrada em Vale de Mó (Belver, Gavião). Decerto é também em sua honra a outra ara da mesma proveniência que não traz indicação de teóntimo, o que pressupõe a existência duma tradição local de culto. Desta sorte, a ara de S. Pedro de Lourosa (Oliveira do Hospital), dedicada por Areo, Mauci filius, a *Picio* deverá ser incluída aqui: o deus é designado apenas pelo epíteto. DIP, p. 259-261; Encarnação 1984, p. 13-19.

— Bandi Tatibeaicui: ara proveniente de Queiriz (Fornos de Algodres) dedicada, quiçá, por um Q. Vário, filho de Apino. DIP, p. 134-137.


Em Arrochela (Penamacor), foi consagrada uma ara a *Vortiaeceii* (sic) por Flavius Titius Felix. FE 57.

Outra ara, procedente de S. Martinho (Castelo Branco) e de que resta a parte inferior, se lhe atribui também: Garcia 1975, p. 147-159; idem, 1984, p. 79.

É igualmente possível que as siglas B. V. S. da árula de S. Vicente da Beira (Castelo Branco) (Garcia 1984, p. 51) se interpretam *B(andi) V(orteaeceo) S(acrum)*, o que denunciaria até a sua inclusão num santuário.

*Conimbriga, 26* (1987), 5-37
Carneo Calanticensi

O deus, patrono duma eventual Calantica, cultuado em Santana do Campo (Arraiolos).

Três inscrições: IRCP 410-412 e p. 800. Fig. 3.

Collovesei Caeloni Cosigo

Torna-se difícil — sem o achamento de outros paralelos — saber qual a divindade identificada com estas palavras, à qual Pudens, Competri (filius) consagra uma ou várias aras. Regista-se em Furtado (Algodres, Fornos de Algodres).

FE 74.

Fig. 3 — A árula verosimilmente dedicada ao deus Corneus
Crougae Nilaiguí

Divindade de nome incerto (as letras foram avivadas) venerada, ao que parece, por um Clementinlus, Cei filius, em Freixiosa (Manguade).

FE 54.

Crougeai Magareaicoi Petravioi

Segundo Maria de Lourdes Albertos, Crougeai seria o dativo dum teônimo, aparentado com o anterior (ou de preferência o mesmo), que, no texto do penedo de Lamas de Moledo (Castro Daire), onde surge pela única vez, estaria acompanhado de dois epítetos.


Cusei Paetaico

Variante do teônimo Cosus, conhecido de outras inscrições, com um epíteto novo. O ex-voto foi oferecido por Búcio, filho de Turaino (?). Provém de Aguada de Cima (Águeda). Numa árula, exposta em Abril de 1988 no Museu de Grão Vasco (Viseu), sem indicação de proveniência, lê-se Cosei seguido de epíteto (por identificar).

FE 70 e 140.

Dee Sancte Burrulobrigensi

Patrona duma eventual Burrulobriga, esta deusa vem mencionada numa elegante árula de Elvas. Fig. 4.

IRCP 566.

Dis Deabusque Coniumbricensium

Divindades homenageadas numa ara achada em Numão (Vila Nova de Foz Côa), por um cavaleiro da III coorte dos Lusitanos.

Fig. 4 — A ara à Deusa Santa Burrulobrigense

**Endovellicus**

Divindade infernal, venerada num santuário em S. Miguel da Mota (Terena, Alandroal). É a divindade indígena com mais ex-votos no mundo romano.

IRCP, p. 800-805. Figs. 5 e 6.

**Igaedo**


DIP, p. 199-200.

*Conimbriga, 26* (1987), 5-37
Fig. 5 — Um pedestal de estátua a Endovéllico

Fig. 6 — Fragmento dum eventual «cântico» a Endovéllico (CIL II 6333 b)

Conimbriga, 26 (1987), 5-37
Ilurbedae

DIP, p. 200-203.

I(ovi) Assaece

Ara dedicada, em Lisboa, por M. Caecilius Caeno, a Júpiter, aqui honrado com um epíteto de carácter local.
DIP, p. 206-208.

Iovecaï (?) Caeilobrigoi

M. Lourdes Albertos considera teônimos estes dois dativos do texto de Lamas de Moledo (Castro Daire). Caeilobrigus seria epíteto de Júpiter.
Albertos 1975, p. 58.

Iovi Repulsori

O epíteto Repulsor parece próprio de uma zona determinada da Lusitânia, donde provêm vários testemunhos, o que nos leva a atribuir-lhe características indígenas.
IRCP 637-640.

Issibaeo

Divindade de características desconhecidas, homenageada na região de Miranda do Corvo por G. Claudius Maxsumus.

Iunoni Linteaicæ ()

Laepo (não Caepo)


Lancane (?)


Lares

Por terem assumido um epíteto local, algumas destas divindades, classicamente romanas, podem revestir características indígenas:

— Lares Aquites: o caráter único desta designação (ligada eventualmente ao culto das águas) é susceptível de lhe atribuir conotação indígena. Encontrada em Conímbriga e considerada perdida, esta árula de pedra de Ançã foi recentemente identificada no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia por José Manuel Garcia (ver adiante, p. 48-49). Mede 18,5 x 7,5/6,2/8,2 x 6/3,5/5,5. O dedicante é G. C. Rufus. FC II, p. 28.


— Lares Conimbricae: a árula, incompleta, procedente de Conímbriga, é dedicada a Flávia Conímbriga e aos seus Lares. FC II, p. 28-30.

— L(ari?) Coutioso Longonaroso(?): ara procedente de Casais (S. João da Fresta, Manguade) consagrada por Malgeinus, Leuri I., Arbuensis. FE 55.

— Lares Lubanci: divindades protectoras dos Lubancos (?), grupo social de contornos imprecisos que fazia parte dos Dovi-

Conimbriga, 26 (1987), 5-37
lónicos. A placa que os refere, em nominativo ao contrário do que é habitual, encontrou-se em Conimbriga (Condeixa-a-Velha, Condeixa-a-Nova) e foi Albuius, Camali f., quem a consagrou. FC II, p. 30-31.

— *Lares Turoliei*: desapareceu o monumento com que, em Freixo de Numão (Devesa, Meda), Catuenus, Docquirici filius, teria honrado estes Lares cujo epíteto se deve considerar, por isso, com reservas. DIP, p. 219-220.

**Luruni**

Divindade, de características desconhecidas, adorada em Cavernães (Viseu), onde se encontraram quatro monumentos em sua honra: um perdeu-se; o segundo está no Museu de Grão Vasco, em Viseu; o terceiro guarda-se numa casa em Alvelos, perto de Viseu; o quarto está em Vendas de Cavernães.


**Mandiceo**

Deus de características desconhecidas a quem, em Sintra, Cássia Materna consagrou uma árula.


**Marti Boro**

Está na colecção epigráfica de Idanha-a-Velha a árula dedicada por L. C. O. a esta divindade da guerra que assume aqui, pelo epíteto, uma conotação local. Foi achada na serra de Monsanto (Idanha-a-Nova).

DIP, p. 233-234.

**Mercurio Augusto Aguaeco**

Divindade recordada num paralelepípedo mandado colocar nas termas de S. Pedro do Sul por Magius Reburrus e Victoria Victorilla em honra de seu filho, Magius Saturninus. Mercúrio assume, aqui, além da relação com o imperador, um carácter tópico de divindade termal.

Brandão 1959, p. 229-264.
Mercurio Esibraeo

Divindade que poderá figurar numa árula achada na capela de Santiago (Medelim, Idanha-a-Nova). Pelo epíteto, relacionar-se-á com Bandi Isibraiegui.

Munidi (?) Icaed(itanae)


Tratar-se-ia, pois, de uma divindade tutelar.
DIP, p. 237-240.

Nabia

A esta divindade peninsular foram dedicadas dezasseis epígrafes, uma das quais na Lusitânia portuguesa — Roqueiro (Pedró-gão Pequeno, Sertã) — mandada gravar por Cicero, Manci (filius). Segundo José L. Melena, que fez um estudo exaustivo sobre a divindade (1984, p. 233-260), ela deve considerar-se, de preferência, «uma deusa indígena dos vales arborizados, dos bosques e dos montes, como a Diana latina, vales que no seu fundão podiam acolher a presença dum rio, o que explicaria o hidrônimo
[Navia] e a caracterização dada a Nabia e, de modo particular, a sua vinculação com divindades aquáticas» (p. 245).


Ocrimirae

Divindade tutelar dum a ribeira fria homenageada, em Marvão, por Júlia Saturisca.
IRCP 610 e p. 806.

Paisicaico

O vocábulo, gravado num pedaço nas Corgas Roçadas, entre Covas e Vermilhas (Vouzel), pode ser o nome da divindade aí venerada.
DIP, p. 256-257.

Peinticis

Invocação, insegura, das divindades eventualmente referidas no texto, de difícil interpretação, gravado num rochedo do Castro dos Três Rios, entre Faião (Viseu) e Parada de Gonta (Tondela). Poderá ter sido L. Manlius, cidadão romano da tribo Aemilia, que mandou gravar a epigrafe.
DIP, p. 257-258.

Quangeio Tanngo

Acompanhado pelo epíteto Tanngus, o deus é venerado em Nisa por Lupus, Lani filius (IRCP 641). No entanto, esta epigrafe permitiu a correção da leitura de outros monumentos dedicados à mesma divindade: um em Malpartida de Plasencia (fora da Lusitânia portuguesa) e dois em Penamacor — FE 26 e corrigenda; IRCP, p. 806; Garcia 1985, p. 23-32. Mais testemunhos em Ribeira da Nave (Sabugal) — FE 100; um outro, provável, em Nisa (FE 103); finalmente, também se poderá ler este teónoimo numa ara de Capinha (Fundão) — cf. FE 103, nota 2.
Remetibus Aug(ustis)

Divindades registadas numa placa encontrada nas termas de Conímbriga, razão pela qual se lhes atribui um carácter aquático. FC II, p. 38-40.

Reva

Divindade tutelar de que, na Península, se encontraram diversos testemunhos, com epítetos diferentes. São os seguintes os que provêm da Lusitânia portuguesa:

— A Reva, acompanhado por um epíteto que desapareceu, se diz no texto de Cabego das Fráguas (Pousafoles, Sabugal) que foi oferecido um touro semental. Tovar 1967.

— Foi possivelmente consagrado a Reva, acompanhado de um epíteto começado por C, a ara encontrada em S. Eufémia (Pinhel), dedicada por Casabius, Burrilli filius. FE 17 e corrigenda.

— No concelho de Idanha-a-Nova, a divindade tinha um epíteto local que surge grávido (no dativo) Langanidaegui (em Medelim) e Langanitaeco (em Proença-a-Velha). Esse mesmo epíteto — Langanid(aeco?) — surge perto de Alcains, Castelo Branco (Garcia 1984, p. 69) e é possível que outra árula procedente de Medelim também apresentasse o mesmo epíteto, hoje desaparecido (Garcia 1984, p. 67-68). Os dois primeiros monumentos estão na coleção epigráfica de Idanha-a-Velha; os outros dois guardam-se no Museu de Castelo Branco. O mais significativo de todos é a placa de Proença-a-Velha, dedicada por Lucanus, Adiei f., por trazer a expressão hostia deliganda, relacionada decerto com o rito sacrificial. DIP, p. 263-268.

Salquiui

Embora o vocábulo apresente pontuação interlíteral, numa ara que se encontra no Museu de Gouveia, é aceitável a identificação aí deste teônimo. O monumento foi dedicado por Reburrus, Talabi f.


Conimbriga, 26 (1987), 5-37
Sancto Runesio Cesio

Procede dos arredores de Évora a árula consagrada a esta divindade cujas atribuições bélicas a etimologia do seu nome parece confirmar. Fig. 7.
IRCP 374 e p. 806.

![Imagem da árula a Sanctus Runesus Cesius](image)

Fig. 7 — A árula a Sanctus Runesus Cesius

Tabudico

Divindade, de características desconhecidas, honrada em Murtede (Cantanhez) numa coluna oferecida por C. Fabius Viator,
que se guarda no Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.
DIP, p. 274-276.

Togae Almae

Encontra-se, de facto, no Museu de Marvão a ara consagrada a esta divindade benfazeja por Novela, liberta de Ania. Outros três monumentos lhe foram dedicados na Península: cf. FE 49. IRCP 611 e p. 806.

Trebaruna

1. Na inscrição do penedo de Cabeço das Fráguas, refere-se a oferta sacrificial de uma ovelha com um ano a Trebaruna. Tovar 1967.

2. Do Fundão procede uma ara, hoje no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, dedicada por Toncius, Toncetami f., soldado igeditano. DIP, p. 288-291. Fig. 8.


5. A ara que encontrámos em S. Domingos de Rana (Cascais) foi oferecida por Tito Curiácio Rufino Triborunni. Consideramos que se trata de mais uma variante deste teónimo. FE 59.

Trebopaia

Nome da divindade a que, segundo o texto sacrificial de Cabeço das Fráguas (Pousafoles, Sabugal), se ofereceu uma ovelha. Tovar 1967.
Parece-nos que é de manter duvidoso este eventual teônimo, de significado desconhecido. Tivemos ocasião de analisar e fotografar a árula (18 × 7 × 6 cm) procedente de Soure e que efectivamente se encontra na Academia das Ciências de Lisboa (Inventário: n.º 245). De calcário oolítico, rudemente moldurada nas quatro faces, com toros e fastígio, linhas auxiliares bem marcadas, apresenta no campo epigráfico polido o seguinte texto esgrafi-
tado: B MER / VASECO / MARI/NIANV/S ANIM/O LEBE/S (sic) PONO / MER / MA. Se interpretarmos b(ene)mer(enti) na linha 1 e considerando Marinianus o nome do dedicante, o teúnumo será de facto Vaseco. Fig. 9.


**Fig. 9 — A árula a Vasecus**
Fig. 10 — (Ver nota 1 do apêndice)

BIBLIOGRAFIA

(Citámos apenas a bibliografia mais actualizada, designadamente quando referia a anterior)

ALBERTOS FIRMAT (M.a de Lourdes), Organizaciones Suprafamiliares en la Hispania Antigua, Valladolid, 1975.


Conimbriga, 26 (1987), 5-37


Curado (Fernando Patrício), Epigrafia das Beiras (Notas e correções — 1), «Beira Alta», 44 (4), 1985, p. 641-655.

DIP — Encarnação (José d’), Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal. Lisboa, 1975.

Encarnação (José d’), Uma árula a Banduaetobraigu — Additamentum, «Conimbriga», 15, 1976, p. 139-146.


——, Belver ao tempo dos Romanos — a população e as suas crenças. Portalegre, 1984. (De colaboração com Rogério P. Carvalho).


FE = «Ficheiro Epigráfico» (suplemento de «Conimbriga»), Coimbra. (Indica-se o número da inscrição).


García y Fernández-Albalat (Blanca), Las divindades indígenas de la Hispania Prerromana — En pos de una metodología, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», 25 (2-4), 1985, p. 275-283.

IRCP = Encarnação (José d’), Inscrições Romanas do Conventus Pacensis, Coimbra, 1984.

Leitão (Manuel) e Barata (Luís), Inscrições romanas de Bemposta, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», 23, 1980, p. 627-634.


Fotos

De Guilherme Cardoso, à exceção das n.º 2 e 9, que são de Delfim Ferreira.
Separata de CONIMBRIGA
Vol. XXVI — 1987